



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 10

Sessão Ordinária Abril

2.º Reunião em 22/04/2022

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Liliana Raquel Vieira Afonso, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Joana Oliveira Teixeira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, Fernando Manuel Martins Nogueira (saiu às 22:20 horas).

Faltou o Vereador Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Rui Miguel dos Santos Faria e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, António Manuel dos Santos Salavessa, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Liliana Raquel Vieira Afonso, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, e Carlos Alberto Nunes, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Abril:

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2021, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de integração em domínio público de parcelas de terreno sitas na Rua Castro Matoso - Parcela B e C – com um total de 2.461,00 m2;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta para constituição de um grupo de trabalho que tenha por missão a criação de um "Plano de atuação para resolução do problema dos animais abandonados no concelho";

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara Municipal, para “O acolhimento de refugiados em Aveiro”.

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2021, da Câmara Municipal de Aveiro;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁵ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁶

“Boa noite a todos. Senhor Presidente, caros colegas, concidadãos. Seguramente no mandato de quatro anos o Relatório de gestão e as Contas do ano que acontece o ato eleitoral autárquico é o mais fácil de todos de apresentar. Porque, obviamente, e com todo o respeito, pela legitimidade que o órgão executivo que já o fez e o órgão deliberativo que o faz hoje, da análise da gestão das Contas do ano 2021, sente a supremacia da análise está na opção dos cidadãos. E, de facto, o ano 2021 é um ano histórico. Verdadeiramente histórico da nossa vida autárquica. Histórico não por causa de algum marco tradicional, mas histórico porque por força de um conjunto de objetivos que conseguimos concretizar no exercício de 2021.

Em primeiro lugar, importa destacar, porque fica aí o destaque de primeira importância, o facto de termos conseguido pela gestão acumulada até 2020, por todas as interações formais que foram desenvolvidas, com a Direção do Fundo Apoio Municipal.

Circunstância que nos permitiu que nos primeiros dias de Dezembro, assinar com o presidente da Direção do Fundo Apoio Municipal o nosso contrato de cessação do tal contrato do Programa de Ajustamento Municipal, que é ou era, a peça chave da recuperação financeira da nossa Câmara Municipal.

E, seguramente, por muito importantes que sejam outros acontecimentos e vou-me referir alguns deles e são muito importantes, vários deles, a verdade é que fica aqui neste marco peça fundamental das concretizações do ano 2021.

Sabendo nós que, nessa como em tantas outras, não se restringiu àquilo que fizemos em 2021 para alcançar esse objetivo formalmente concretizado nos últimos dias de 2021, mas acumulou ao longo de vários anos, sendo que o ano capital do início desse processo é o ano 2014. Foi todo o conjunto de trabalhos, de decisões políticas, de ações, algumas muito difíceis que tivemos que tomar aqui mesmo em sede de assembleia municipal, como aumentar os impostos aos nossos concidadãos.

Mas a felicidade que temos neste marco que hoje assinalamos, discutimos e votamos em termos formais, com a apreciação deste Relatório de Gestão e da Conta, a verdade é que conseguimos, de facto, em muito menos tempo do que aquilo que estava definido à partida no nosso programa de ajustamento municipal, recuperar a nossa câmara municipal. E a recuperação como sabemos, é uma recuperação financeira, mas sendo financeira, é uma recuperação institucional, é uma recuperação de uma instituição para a sua plena autonomia para poder voltar a ser uma entidade em plena condição das suas obrigações e dos seus direitos, volta a ser uma câmara municipal normal.

Portanto este é um marco central daquilo que fica neste documento, daquilo que fica na história. Foi o ter-mos conseguido dobrar o tal rácio do 1,5 da relação da dívida com a nossa receita total, e de termos conseguido demonstrar formalmente ao Fundo de Apoio Municipal que tínhamos, de facto e de direito, alcançado a condição de nos libertarmos do programa de ajustamento municipal.

E, portanto, é um gosto muito especial para nós todos que sofremos muito, especialmente no período de 2014/2017, mas ainda bastante no período do mandato de 2017 a 2021. Esta marca que nos permite entrar numa nova fase, em que já estamos a viver, que está basicamente definida em termos formais nas grandes Opções do Plano e no Orçamento para 2022, que já estamos a executar, tem que obviamente ficar aqui a referência principal para o fantástico ano de 2021.

Repetindo que ele não foi suficiente de per si, ele acolheu em si um somatório de consequências de tarefas que foram desenvolvidas ao longo de oito anos de mandato autárquico de árduo o trabalho, de intenso trabalho, na recuperação da nossa Câmara Municipal.

Obviamente que há sempre uma nota que se adiciona a esta, que tem a ver com outra dimensão, que conseguimos concretizar e dar expressão relevante no ano 2021, que tem a ver com a dimensão do investimento da nossa Câmara Municipal, investimento na dimensão material, e investimento na dimensão imaterial. De facto, 2021 foi um ano de grande expressão num conjunto vasto de obras que se concluíram, de obras que se colocaram em execução física, de obras que se lançaram ao nível da execução formal de projetos que se desenvolveram e de processos formais em várias etapas da sua vida, projeto, tramitação concursal, Visto Tribunal de Contas, que obstaram neste importantíssimo ano de 2021.

Portanto nessa dimensão, as funções e obviamente o Relatório identifica, foi um ano muito importante, muito positivo, muito expressivo, que este Relatório de Gestão e esta Conta evidenciam de forma clara.

Na componente imaterial obviamente que foram muitas e variadas as expressões que materializaram as políticas municipais, mesmo abalroadas gravemente abalroadas, pela pandemia da COVID-19, mas mesmo assim, conseguimos dar vida e expressão na programação cultural, digamos, extraordinária, ao assinalamento dos 140 anos do Teatro Aveirense, que não se pode fazer no tempo normal que era o tempo de Março e tivemos que transpor para o tempo anormal de Setembro, por força das determinações das autoridades de saúde e bem, no âmbito do combate à pandemia. E aproveitámos esse tempo, como é sabido, para realizar uma obra profunda de qualificação do nosso estimado Teatro Aveirense que acaba por ser uma “boa prenda” de uma casa com uma vida extraordinária de 140 anos, que teve em 2021 a possibilidade de receber um investimento de qualificação importante e de irmos a tempo desenvolver um Programa Cultural que começou em Setembro desse mesmo ano e terminou em Março do ano que estamos a viver, marcando dessa forma uma festa, enfim, com o comedimento da regras que temos que cumprir, assinalando, agradecendo a toda a gente que contribuiu para essa fantástica vida do Teatro Aveirense em 140 anos de existência. Obviamente que nessa dimensão cultural tem que haver uma referência, obviamente, tem que haver uma referência, para este projeto, deste trabalho que vimos desenvolvendo na área da Cultura, com um crescimento muito assinalável, muito forte nos últimos 8 anos, que foi e felizmente é, o desenvolvimento e a apresentação dos últimos dias de Novembro da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027.

Foi o árduo trabalho, foi um muito profundo trabalho, no quadro de todo o trabalho de desenvolvimento da nossa dimensão cultural, do desenvolvimento do plano estratégico para a cultura do município de Aveiro e, portanto, ficou também essa marca de termos desenvolvido esse trabalho no âmbito de uma cooperação enorme com os nossos parceiros principais, Universidade de Aveiro, Comunidade Intermunicipal, Associações do Distrito de Aveiro, e um conjunto vasto de instituições, empresas privadas, associações privadas sem fins lucrativos, indivíduos que se associaram a esse trabalho que, nos permitiu, construir e formalizar a candidatura que, já neste ano soubemos, que recebeu merecimento de mérito da avaliação do júri para passarmos a tal segunda fase, onde estamos a trabalhar com todo o empenho.

De resto, deixar obviamente, e o documento no seu preâmbulo refere isso de forma muito clara, como não podia deixar de ser, para um conjunto de eventos que marcaram também de forma muito relevante o ano 2021, que tem a iniciativa de outras entidades que não a Câmara Municipal de Aveiro, mas que tiveram para se poderem concretizar uma parceria intensa, ativa, muito forte, também de investimento financeiro da nossa Câmara para que pudessem ter acontecido.

E o destaque que escolhemos, desde logo para o texto do preâmbulo do documento, é obviamente, como não podia deixar de ser, o Dia do Exército, o Dia Nacional do Exército, cujas comemorações se viveram no nosso território durante o mês de Outubro. E, também, os dois Congressos, o Congresso da APAVT, Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo que marcou o primeiro fim de semana do mês de Dezembro e o importantíssimo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que marcou o segundo fim de semana do mês de Dezembro. E que são marcas muito importantes de acontecimentos de dimensão nacional, com uma expressão política muito relevante, com a expressão também cultural, muito relevante na muito respeita ao dia do Exército e ao Congresso da APAVT, mas que marcaram bem essa nossa aposta, essa nossa capacidade de conquista de eventos que não sendo da vida da Câmara Municipal, são da vida de outras instituições, mas que com a nossa parceria vieram viver para Aveiro, e isso contribui para a nossa notoriedade, para a atividade económica a vários níveis e para a nossa presença política em foros de dimensão, neste caso nacionais, que nos permitem continuar a crescer,

a fazer uma afirmação política relevante, no quadro da cooperação com essas instituições tão importantes, nalgumas das quais, como sabemos, nomeadamente na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Município de Aveiro continua a ter responsabilidades de primeira linha, da maior relevância.

Tivemos que combater o Covid. Tivemos que continuar a ter essa frente de trabalho. Tivemos continuar a condicionar um conjunto de objetivos, não tanto na sua substância, mas muito na sua forma, por força do combate ao Covid onde tivemos empenhados, onde o país esteve empenhado, mas obviamente que quando fechamos este conjunto de documentos, quando fazemos a sua análise, política, técnica, obviamente que fica um balanço muito positivo dum ano marcadamente histórico, sabendo que obviamente aquilo que foi a decisão política dos concidadãos, dos nossos concidadãos, no dia 26 de Setembro.

Obviamente, o ano ainda não estava terminado, faltava 3 meses e poucos dias para terminar, mas sabemos bem daquilo que é a expressão política da decisão tão clara dos nossos concidadãos eleitores na eleição autárquica do dia 26 de Setembro.

Dando-nos nota, obviamente, de reconhecimento do trabalho feito e de aposta de confiança e de esperança, de energia entregue à Aliança com Aveiro para o mandato que estamos a iniciar. Sabendo nós que esta é a primeira peça que relata formalmente os acontecimentos que maioritariamente pertencem ao mandato anterior e como sabemos aconteceu até aos meados do mês de Outubro do ano passado.

Portanto, Senhor Presidente e caros colegas autarcas esta é uma nota de muito gosto. E, neste caso, de marcada felicidade, podermos ter vivido o ano de 2021 em que os objetivos foram cumpridos, podermos ter a possibilidade de escrever estes documentos, de os ter aprovado no executivo municipal e, obviamente, de propomos à Assembleia Municipal que, no quadro da sua apreciação faça também esse voto de aprovação, que se justapõem ao voto claro dos cidadãos e à nota de que fizemos bem e de que estamos bem balanceados para neste ano de 2022 e seguramente nos anos próximos, continuamos neste caminho de crescimento qualitativo e quantitativo às várias dimensões do nosso município de Aveiro. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Boa noite ao Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, caros colegas, publico presente e que nos está a seguir nas redes sociais. Em relação este ponto, muito se pode dizer. E também já foi falado no passado, a questão das Contas confirmam as nossas previsões e a justeza das posições do PCP no domínio financeiro.

Prevíamos que 2021 seria o ano com aumento de taxa de execução, que também aqui foi falado, pois foi ano eleitoral.

Em 2020 tivemos uma taxa de execução de 51% - 77,2 milhões. Em 2021 uma taxa de 60% - 87,1 milhões.

Portanto foram mais 10 milhões gastos que no ano anterior. E mesmo assim, podemos nós afirmar que a taxa execução é muito baixa face da disponibilidade financeira. Não podemos esquecer que foi executada uma Receita total de 125 milhões de euros.

Receita gerada que mais o Saldo transitado de 2020 de 52 milhões de euros. A taxa de execução das Grandes Opções do Plano insere-se nesta mesma linha do ano eleitoral.

A Câmara não me parece preparada para gastar mais, na resolução de pequenos problemas que se multiplicam por todo o concelho, dando imagem de degradação e falta de respeito por quem vive na periferia.

A Câmara Municipal pode envolver melhor as freguesias na resolução desses problemas. Mas transparece confiar pouco nas mesmas. Por volta do montante de 1.7 milhões de euros por ano, desde 2018 em média, cerca de 2% do Orçamento é muito pouco.

Acreditamos muito nas competências das freguesias, desde que tenham meios para desenvolver o seu trabalho. Claro que a nível da Receita a execução foi fantástica. Principalmente do que resulta dos contribuintes aveirenses.

Impostos indiretos 101,9% do orçamentado, 33 milhões; Taxas e Multas e Outras penalidades 106% do orçamentado; 18,5 milhões de euros de IMI; 2,2 milhões de euros de IUC; 7,8 milhões de euros IMT; 3,7 milhões de euros de Derrama.

Justifica-se, como é sabido, a posição do PCP de que em Aveiro a carga dos impostos é para aliviar. Já podia ter sido no ano em curso e terá que ser só para 2023.

São estas razões porque votamos contra os documentos apresentados. Não por razões técnicas, mas sim por razões políticas. É possível fazer melhor aliviando a carga sobre os aveirenses.

De resto, não podemos deixar de assinalar uma questão aqui importante que é a catástrofe iminente na freguesia de Santa Joana, no lugar do Griné, que o PCP já alertou na semana passada. É necessário que a Câmara Municipal desenvolva um esforço junto do IHRU e os seus próprios meios, para evitar que 14 famílias que inclui 34 crianças, fiquem em situação de sem-abrigo. O PCP vai fazer chegar em nome dos moradores uns documentos à Mesa, para contribuir para a compreensão e resolução dos problemas em curso. Obrigado”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)⁰⁰⁹

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

"Boa noite Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara Municipal, presentes e todos os que nos acompanham pelas redes sociais. Senhor Presidente, esbarramos logo na página 11 do Relatório de Gestão e Prestação de Contas com a afirmação de que “os serviços públicos municipais de transportes rodoviários e fluviais (...) mantiveram um bom nível de qualidade de serviço aos Cidadãos.” É a isto que nos referimos com as habituais afirmações que depois não coincidem com a realidade dos cidadãos Aveirenses.

Os transportes públicos em Aveiro não respondem às reais necessidades dos Aveirenses, sobretudo para quem vive nas freguesias da periferia. Uma afirmação repetida muitas vezes não é por isso que se torna verdade. E não é aceitável que V.Exa responda que em caso de necessidade leva os munícipes na bagageira.

Quanto a Contas, já nos manifestamos anteriormente acerca de opções tomadas que não podemos acompanhar, incluindo a elevada cobrança de impostos, demasiado elevada para a taxa de execução orçamentada. Depois temos obra a ser feita com uma aposta na impermeabilização dos solos e sem qualquer preocupação com as alterações climáticas.

E temos obras que já se adivinha venham a dar problemas de futuro e passem a ser um sorvedouro de milhões. Veja-se a rua do Sal, que já custou mais meio milhão de euros do que inicialmente orçamentado. Não é coisa pouca, sobretudo quando falamos do dinheiro dos contribuintes.

Nas opções sobre os Animais de Companhia, que falaremos mais adiante na discussão da proposta que apresentamos nesta Assembleia, vimos referido no documento uma série de medidas que se transformam em nada, quanto a uma mudança da situação real dos animais abandonados do concelho.

Exemplo disso é a medida que refere o: "Acompanhamento no âmbito da CIRA do processo que visa a execução da obra do Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro”, vulgo canil municipal. É uma frase muito longa sobre um

acompanhamento de algo que não acontece e é uma frase muito longa que não diz nada em concreto.

Há quantos anos está esta Câmara a “acompanhar” este processo? Este acompanhamento traduz-se em quê na prática até ao momento? Em nada.

Por isso, votaremos contra. Disse.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais saudar todos os presentes e quem nos está a assistir pelas redes sociais.

Antes de começar a discutir o documento em si foi interessante ver aqui o Chega a declarar-se perante o PSD. É interessante, não é. Com o desaparecimento do CDS já temos aqui o Chega para substitui o CDS...

Vogal Jorge Greno (CDS):

“Senhor Presidente um protesto. O CDS está presente nesta assembleia com o dobro dos deputados do Bloco de Esquerda. Há pessoas aqui que têm umas amnesias pontuais.”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, está registado. Prossiga Senhor deputado.”

Vogal João Moniz (BE):

“Obrigado Senhor Presidente. Em relação ao documento em si, não estamos perante um documento e uma análise que deve ser feita de forma política e não técnica. Este é um documento político, reflete Contas e prioridades assumidas pelo executivo de Ribau Esteves e, portanto, é dessa forma que ele deve ser lido e analisado.

E nesse sentido este é um documento que reflete aquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a dizer ao longo de todos estes anos. Que a política do executivo municipal de direita resume-se a impostos no máximo e serviços públicos no mínimo. Aliás, basta fazermos o exercício entre a execução de receita, execução da despesa.

Quando olhamos para a execução dos impostos, vemos que o IMI tem uma taxa de execução na ordem dos 97%; as taxas e multas, uma taxa de execução na ordem dos 107% arredondando; e no total dos impostos indiretos uma taxa de 102%.

Depois, contrastamos coma taxa de execução da despesa. Nós estamos a falar aqui obviamente dum documento que representa as Contas e as prioridades do executivo em 2021, ou seja, em plena crise da Covid-19, com todas as consequências que todos nós assistimos, infelizmente, aumento da pobreza, despedimentos, etc. E mesmo nessas circunstâncias, nós fazemos o exercício da execução das funções sociais da Câmara e vemos que teve uma taxa de 16% execução! 16% de execução Senhor Presidente.

Ação Social que o valor orçamentado em questão já era miserável não é, estamos a falar de um valor orçamentado nesta rubrica de 5.000 euros, para uma capital de distrito da dimensão de Aveiro, com todos os problemas sociais que o nosso concelho enfrenta o executivo municipal considerou que 5.000 euros eram suficientes, mas depois nós vamos ver a taxa de execução, ela é ainda mais miserável do que o valor orçamentado. Senhores deputados 0% de valor executado em ação social durante o ano de 2021, ano de plena crise Covid-19. Mas não é só nas funções sociais e na ação social.

Nós temos, nós vivemos num município que atravessa a uma crise brutal na habitação. Os custos da habitação têm subido de forma galopante no nosso concelho, com consequências gravíssimas para a maior parte das pessoas que vivem em Aveiro e nós temos a execução do valor orçamentado para habitação, em plena crise de acesso e de custos da habitação e

temos uma taxa de execução de 23%. E nós perguntamos, não há investimentos que devem ser feitos num concelho que atravessa crise na habitação como a que Aveiro atravessa. Não há investimentos a serem feitos, não há requalificação a ser feita, não há a iniciativa pública de construção de habitação acessível que poderia ser tomada pela Câmara Municipal? Olhamos, por exemplo, para a proteção ambiental, a execução do valor orçamentado para a proteção ambiental e acho que não preciso de recordar a todos os presentes que Aveiro vai ser e já é, uma das zonas mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas através da subida de nível do mar. Aliás, aquilo que aconteceu na Rua do Sal é indicativo desses mesmos perigos e desafios que Aveiro vai enfrentar muito em breve e nós vemos a execução desta rubrica e somos confrontados com um valor com uma taxa de 8%! Senhores deputados 8% de execução no valor orçamentado para a proteção ambiental.

Temos por exemplo em andamento a nossa candidatura e ainda bem que está a correr bem, para Capital Europeia da Cultura e depois vamos ver a taxa de execução da rubrica de recuperação de espaços culturais e há muito a fazer nesse âmbito no nosso concelho e vemos uma taxa de execução de 11%.

Nos transportes rodoviários. Mais uma vez, muitas são as queixas que têm chegado ao Bloco de Esquerda sobre a autocarros lotados, linhas e carreiras que são suprimidas. E vemos uma taxa de execução nesta rubrica de 30%! Bem, é na verdade, comparativamente às outras, rubricas que eu aqui referi, até nem é muito má. Mas uma vez fica aqui a questão. Não há investimento a ser feito nos transportes públicos? Num concelho em que os habitantes de Taboeira, Nariz, Cacia, não tem autocarro para se deslocar para as suas casas ou para os seus postos de trabalho depois das 6 da tarde. Não há investimento que podia ser feito nesta matéria. Essa é a questão que eu coloco a todos os presentes.

E, portanto, mais uma vez estamos aqui perante aquilo que tem sido, como é que hei de explicar, aquilo que tem sido o espelho da análise que o Bloco de Esquerda tem vindo a fazer sobre a atuação deste executivo. Impostos no máximo e isso vê-se nas taxas de execução da Receita e serviços públicos no mínimo, como se vê nas taxas miseráveis de execução de serviços públicos, da ação social, da proteção ambiental e de requalificação de espaços culturais. Disse.”

Presidente da Mesa:

“Senhores deputados só uma chamada de atenção. Senhores deputados, os protestos devem ser colocados no fim das intervenções e não interrompendo as intervenções dos deputados. Nessa altura também há lugar a contraprotesto caso assim o entender. Faço essa chamada de atenção.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Senhor Presidente é pena que há umas sessões atrás o Senhor não tenha chamado a atenção do deputado João Moniz, quando ele me interrompeu numa intervenção que eu estava a fazer e deixou que a interrupção ocorresse normalmente — está gravado.

Bem. Boa noite a todos. Neste ponto da ordem de trabalhos analisamos a atividade da Câmara Municipal de Aveiro no ano de 2021 refletida através das suas Contas e dos Mapas anexos.

Este assunto foi já sumariamente abordado na Sessão Extraordinária de Fevereiro quando a Assembleia votou favoravelmente a integração do Saldo de Gerência de 2021, nas Contas de 2022, pelo que não estamos perante qualquer surpresa na abordagem a estes documentos.

O ano de 2021 ficará marcado na história das Contas do Município de Aveiro como aquele em que terminou o Programa de Ajustamento Municipal, permitindo assim aos órgãos municipais a independência face a terceiras entidades no que respeita à gestão financeira e às opções estratégicas que são tomadas anualmente.

A redução da dívida total foi de cerca de 6.4 milhões de euros, o que representa uma redução de 8,12% face ao ano transato (2020), fixando a dívida do universo municipal no valor global de 72,4 milhões de euros.

Tendo em consideração o valor da média da Receita corrente líquida dos 3 exercícios anteriores, fixado em 57.989 milhões de euros, o valor da dívida total relevante indicada, foi possível alcançar no presente exercício económico o famoso rácio de 1,25 que permite agora essa independência financeira.

Foi assim possível em sete anos recuperar de um rácio de 3,4 registado em 2013 para 1,25 em 2021, posicionando o Município de Aveiro dentro do valor definido por Lei como equilibrado financeiramente.

E não nos podemos esquecer da pandemia que durante os anos de 2020 e 2021 implicou nas Contas do município um grande aumento de despesa não programada e simultaneamente uma diminuição de Receita que estava prevista e que seria realizável em situações normais.

Em 2021 manteve-se o elevado nível de investimento municipal com um conjunto de obras e atividades em diversas frentes, situação esta que irá prosseguir em 2022 e nos anos seguintes.

É entendimento do CDS que este documento é um documento de carácter técnico e não político. É óbvio que inclui as opções políticas do município, mas essas foram já discutidas aquando da apresentação do Orçamento, momento em que cada força política teve oportunidade de expressar a sua concordância ou discordância com aquelas opções através do seu voto favorável ou desfavorável.

Por esse motivo votamos favoravelmente, aproveitando a ocasião para expressar igualmente um louvor aos funcionários municipais responsáveis pela elaboração destes documentos. Disse.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos. E sobre este assunto, sobre o Relatório e Prestação de Contas, o Partido Socialista apraz dizer o seguinte.

O Partido Socialista tem vindo todos os anos e sobre esta matéria e após análise do que é apresentado pelo Executivo, apresentar a sua discordância da opção que este tem tomado.

Numa breve síntese, recordamos que o Partido Socialista já em 2021 alertava que os anúncios de investimento qua a Câmara apresentava, não vinham sendo realizados, situação que se mantém até à presente data. Apesar do que se promete, depois faz-se o possível.

Do exercício de 2021 e no que concerne à execução orçamental da Despesa, verifica-se que, apesar da execução ter subido de 51% para 60% é, contudo, manifestamente insuficiente.

De facto, a execução orçamental de Despesa corrente em 2021 foi de 73,4% - o que corresponde a 48.95 milhões de euros. E a Despesa de capital de 47.72% - o que corresponde a 37.22 milhões de euros. Quando o Orçamento previa, respetivamente, 66.6 Despesa corrente e milhões e 78 milhões Despesa de capital.

Acontece que estas previsões não se concretizam e não passam disso mesmo – previsões.

E basta ler as taxas de execução das Grandes Opções do Plano para verificar que afinal as “grandes previsões” apresentadas não tiveram a sua concretização.

A título de exemplo, verifica-se, no que diz respeito por exemplo ao ensino, apenas a taxa de execução foi de 20.46%. Nos serviços individuais de saúde 48.5%. Na habitação 42.01%. Na cultura 63.58%, entre outros.

Os aveirenses ficariam mais satisfeitos se o investimento nesses e noutros sectores primordiais fosse maior. Sendo certo que o Partido Socialista tem razões para acreditar que seria possível. Não vale, pois, prometer apresentar previsões de execução quando, à partida, se sabe que não são para concretizar.

Quanto ao grau de execução orçamental da Receita, neste capítulo, verifica-se que a execução da Receita tem sido muito positiva e que apesar da pandemia, tem sido muito idêntica à de 2020.

Mas é bom lembrar que a Receita arrecadada se fez à custa dos aveirenses. A diferença entre a execução da Receita corrente e a Despesa corrente, deu um saldo positivo de 16.35 milhões de euros. E a Despesa de capital face a 2020 só cresceu 6.2 milhões de euros.

A execução da Receita mais uma vez foi uma opção deste executivo que preferiu manter a taxa do IMI elevada, arrecadando assim neste exercício 18.455 milhões de euros; de IVA 2.2 milhões; de IMT 9 milhões; de Derrama 3.6 milhões.

Tudo somado verifica-se que os impostos diretos em 2021 atingiram 33.361 milhões de euros e representam mais de 50% do total de receitas da Câmara Municipal.

E quem pagou? Quem contribuiu? Foram os cidadãos aveirenses.

Já o afirmamos que aqui na Assembleia quer na Câmara Municipal a nossa discordância absoluta com esta forma de arrecadar receitas.

A situação económica do município permitiria uma baixa das taxas dos vários impostos e dessa forma os aveirenses não seriam tão sacrificados. Apesar da insistência do Partido Socialista advertindo que face à situação financeira da Câmara estava na altura de se baixarem as taxas, o executivo nada ouviu e nada aceitou.

Os aveirenses continuam a pagar taxas pelo máximo quando poderiam beneficiar d uma baixa dos mesmos. Reduzir essas taxas não traria qualquer prejuízo ao município e revelaria que estava atento e preocupado com os munícipes para quem trabalha.

Para o Partido Socialista as pessoas estão em primeiro lugar. Mas infelizmente este executivo não pensa assim. As receitas que o município arrecada com taxas altíssimas deveriam ser utilizadas e investidas de forma diferente da que vem sendo realizada e, em consequência, votaremos contra. Disse.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Augusto Cruz de Aguiar.)

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD— Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:)⁰¹⁴

“Muito boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia cumprimento todos os autarcas aqui presentes e na pessoa do Senhor Presidente da Câmara cumprimento todo o executivo municipal.

Primeiro estes documentos que analisamos espelham o trabalho deste executivo e dos dois executivos que antecederam. Foi com grande espanto, virando-me para o Partido Comunista que ouvi dizer que não são dados meios às freguesias, que as freguesias da periferia — não sei o que são freguesias de periferia, pois para mim, todas as freguesias são de igual forma e são igualmente importantes. Se calhar são os meus “arrabaldes”, mas, portanto, para mim e penso que para todos os autarcas que me acompanham na Aliança com Aveiro, não existem freguesias de periferia. Existem freguesias que compõem a cidade de Aveiro.

E, portanto, tem-se feito um investimento muito grande em criarmos este Aveiro grande que se fala há tantos anos e que começa a ser possível e começa a ser visível. Basta irmos a

Nossa Senhora de Fátima e verificamos que têm estradas excelentes, tão boas ou melhores até do que no centro da cidade. Portanto isto de freguesias de periferia, de não serem dados meios às juntas de freguesia, então isso choca-me grandemente porque parece-me que os senhores deputados não têm assistido às assembleias municipais nem sabem o que aqui tem sido aprovado, nem leem jornais locais e nacionais, porque, de facto, desconhecem as verbas que se praticam nas Delegações de Competências nas outras cidades, nos concelhos vizinhos. Eventualmente, porque o Partido Comunista também, ao contrário do Bloco de Esquerda, o Partido Comunista até tem juntas de freguesia presididas pelo Partido Comunista já o Bloco de Esquerda não tem e, portanto, não têm camaradas com quem falar.

Agora o Partido Comunista tem camaradas com quem falar e podem, de facto, falar com esses camaradas e saber que os valores que se praticam em Aveiro e as Delegações de Competências que se praticam em Aveiro estão muito acima da média nacional.

E, de facto, as Juntas de Freguesia têm competências e têm verbas. E as competências que lhe são atribuídas são acompanhadas do competente envelope financeiro. E que nos permite fazer obras e nos permite qualificar. Basta olhar para as Juntas de Freguesia, para a realidade das Juntas de Freguesia em 2013 e olhar para a realidade das Juntas de Freguesia em 2022. Compreende-se que desconheçam, porque, de facto, se conhecessem não proferiam estas afirmações.

Ou estes apartes regimentais, que eu não gostei de ouvir quando me inscrevi, lá vão os presidentes de junta dizer “muito obrigado senhor presidente de câmara”.

Os Presidentes de Junta não dizem “muito obrigado senhor presidente de câmara”, porque são vassalos. Os Senhores Presidentes, de Junta têm cabeça para pensar e voz para falar, não são só os outros senhores aqui presentes. E, portanto, os Senhores Presidentes de Junta quando se inscrevem para falar neste fórum, porque estão por inerência e têm direito a inscrever-se, não é para dizer “muito obrigado senhor presidente de câmara”. É para dizer o que pensam e o que acham que está bem, que está mal e que afeta as suas as suas terras e as suas localidades para o qual foram eleitos. E, portanto, como autarcas têm esse direito. Sendo certo que reconhecendo que a Câmara Municipal trabalha em parceria e contribui para o trabalho das Juntas de Freguesia com qualidade, deveram reconhece-lo por uma questão de honestidade intelectual, que se aplica aos senhores presidente de junta e que se devia aplicar também um bocadinho aos restantes eleitos desta Assembleia. Um bocadinho de honestidade intelectual tornavam estas assembleia mais creíveis, porque eu cheguei a pensar (ouvem-se vozes)...

Um bocadinho de honestidade intelectual, eu compreendo que é complicado, mas dizerem que não há habitação, não há investimento na habitação. Claro que não se vê o investimento que ocorreu no bairro de Santiago, no bairro do Griné, como no bairro do Caião. Da habitação a custos controlados em Aradas. 300 fogos a custos controlados que já não existia quase memória de se conseguir cativar habitação a custos controlados, tem-se uma grande amnésia.

Isto de dizer que não se faz nada em termos de habitação! Depois temos outra grande amnésia e diz-se que não se faz nada em termos de Educação! Esquecemo-nos o investimento de 20%, claro que os 20 e pouco por cento, vale o que vale, o que interessa é ao povo e falo pelo meu povo de Aradas, pelos meus arrabaldenses, ficam muito felizes por ter as escolas requalificadas. Não querem saber se foi 20%. Querem saber que o Centro Escolar de Verdemilho, onde metade das crianças da Freguesia de Aradas frequenta foi ampliado e requalificado. Querem é saber que os seus filhos têm uma escola líder e tem uma estrada de acesso nova que permite que se houver ali um problema se consiga escoar o trânsito. Aquela estrada e nós não andamos aqui há dois ou três dias, andamos aqui já há

uns anos e aquela estrada estava prometida há mais de 20 anos. E nunca ninguém a tinha conseguido fazer. É isso que os aveirenses querem saber.

Estou a falar de Aradas, mas podia estar a falar de escolas das freguesias todas. As pessoas não querem saber dos 20% querem saber da escola nova e das qualidades a que foram colocadas. É isso que as pessoas querem.

E na Cultura também. Investe-se pouco na Cultura! Acho estranho porque só em Aradas tivemos 2 eventos no programa “a Cultura perto de Si”. Temos um Centro Cívico em que foi lançado o concurso para requalificação, e todos os meus colegas tiveram eventos, todos tiveram requalificações. Mas depois subimos muito as taxas! As pessoas pagam e não têm contrapartidas, e depois os senhores ficam muito indignados porque eu digo que não há honestidade intelectual. Mas então vocês é que estão a passar um atestado de falta de inteligência a todos os aveirenses ou a grande maioria dos aveirenses. Porque a grande maioria dos aveirenses a pagarem sem contrapartidas e com estas taxas de execução tão más e tudo tão mau, reforçou a confiança no projeto Aliança com Aveiro.

Portanto, eu não consigo perceber como é que isto é possível. Volto a repetir se quiserem, avancem com o que quiserem, tenham alguma honestidade intelectual para com a realidade em que vivemos nesta cidade. E, de facto, algum pudor em proferir certas afirmações e convidar-vos a conhecer, se quiserem ir ter comigo à Freguesia de Aradas, tenho muito gosto em ir mostrar e dizer como era antes, ainda há pouco tempo, e como é agora, para de facto se perceber o trabalho. O trabalho que está no campo e que não é nestes números e nestes relatórios. O Senhor Presidente e todo o Executivo, têm de estar muito felizes e muito orgulhosos, porque projeta-se Aveiro a nível nacional. Projeta-se Aveiro grande.

E diz-se que a Câmara ganhou credibilidade, ganhou credibilidade institucional, mas ganhou, sobretudo, credibilidade moral. Porque nós tínhamos uma Câmara que não era considerada uma pessoa de bem e, neste momento, temos uma Câmara que é considerada honesta e cumpridora. E que cumpre com o seu programa e cumpre pontualmente e escrupulosamente com quem trabalha e com quem a serve. Disse.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores. Este é um documento predominantemente técnico, contabilístico, mas também político, muito por força de ter sido um ano eleitoral. Por força de umas Eleições Autárquicas a 26 de setembro, que validaram de uma forma adicional o presente documento.

Um ano eleitoral que sufragaram o trajeto e as opções refletidas na execução de quatro orçamentos, entre 2017 e 2021, que no final do mandato se refletiu no presente documento.

Este, é o documento que reflete a continuidade de uma gestão de rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os mais diversos parceiros, mas principalmente com os cidadãos, na gestão dos últimos 8 anos, sendo que 2021, teve uma simbologia muito especial por ser o último ano da gestão da Câmara Municipal condicionada pelo contrato do PAM (Programa de Ajustamento Municipal). Chamemos-lhe o ano da autonomia!

Ainda que possamos atribuir os mais diversos nomes a realidade é apenas uma, terminou a fase PAM da recuperação financeira da autarquia. Mas ainda existe muito caminho para andar. O restante percurso ainda é longo e duro, pois o investimento em Aveiro e nos aveirenses continua, continuamos a viver neste momento “num estaleiro a céu aberto”, e gostamos, e vamos gostar ainda mais no futuro. O ano de 2021 continuou a trazer algo que este Executivo tem sabido fazer e bem, o aproveitamento das mais diversas fontes de financiamento, transformando-as em investimento em projeto, em eventos.

Permitam-me reforçar a ideia do ano de 2021, tal como referido pelo Sr. Presidente, ter sido da maior importância política para o município, assumindo-se como um relevante

marco histórico por um conjunto de factos. O fim do Programa de Ajustamento Municipal; a apresentação da candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura 2027 e que continuamos a jogar o jogo; o lançamento de uma operação de habitação a custos controlados para construir 288 fogos; a realização da comemoração nacional do Dia do Exército.

Ou seja, um vasto conjunto de eventos, de projetos e de obras, são os responsáveis por um balanço muito positivo, da execução do que foi orçamentado pela Câmara Municipal em 2021. O combate à pandemia Covid-19 ganha agora um novo simbolismo, mas continuou em 2021 a ser uma prioridade. Prosseguiu-se o trabalho de cooperação com as Juntas de Freguesia. A execução do ano de 2021 deu cumprimento ao programa de governação da Câmara Municipal para o mandato autárquico 2017/2021, que teve como matriz o Programa de Candidatura da Aliança Com Aveiro.

Assim em 2021 foi concretizado um grau de execução orçamental de 60%, o melhor do mandato, o segundo melhor desde 2013. Dir-me-ão numa tentativa de desvalorização que era expectável por ser ano eleitoral. É algo que não se comprova, pois trata-se, isso sim, de um trabalho continuado, sem premeditações eleitorais e que melhora o dia-a-dia dos aveirenses.

Recordemos os documentos do passado quando em 2015 registou 36% (135 milhões), com crescimento desde então até ao nível de 2020 com 51%, ou seja, a trajetória de longo prazo é clara, é de subida.

O trabalho de consolidação orçamental tem sido diário, crescente, sólido e estrutural, pois nenhum de nós pretende voltar ao passado de uma câmara de contas certas, mas desequilibradas.

A execução financeira da Despesa foi de 84 milhões de euros e a da Receita foi de 125 milhões de euros, com um resultado operacional positivo de 10 milhões de euros. Poderão afirmar que não é objetivo de uma autarquia obter lucro, mas relembro, que o que pode ser redistribuído é a riqueza e não a pobreza ou as dívidas.

A redução da dívida total foi de cerca de 6 milhões de euros, o que representa uma redução de 8% face ao ano 2020, fixando a dívida do universo municipal no valor global de 72,4 milhões de euros.

Reforçando o já referido nesta assembleia, tendo em consideração o valor da média da receita corrente líquida dos 3 exercícios anteriores, fixado em 58 milhões de euros e o valor da dívida total relevante indicada, foi possível alcançar no ano 2021 um rácio de 1,25.

Foi assim possível em sete anos recuperar de um rácio de 3,4 registado em 2013, para 1,25 em 2021.

Este foi também o ano da concretização formal da cessação do Contrato do PAM entre a CMA e o FAM, libertando-nos das restrições e constrangimentos de gestão que ainda existiam, reconquistando-se assim a plena autonomia de gestão da Câmara Municipal, havendo exemplos noutros municípios que não o conseguiram fazer na mesma caminhada e com o mesmo sucesso que Aveiro — infelizmente, digo eu.

Recordemos que inúmeros projetos, obras e eventos inscritos em 2021, que terão continuidade no ano de 2022 e muitas delas, ainda para o ano de 2023, sempre sem perder a noção que a execução vai continuar.

Antecipámos metas previstas de 2024 em 4 anos, mas continuamos a ter um serviço de dívida pesado, de cerca de 6 mil milhões. É ainda um valor muito relevante na gestão autárquica aveirense e com um prazo de maturidade ainda bastante alargado.

Continua a ser prioritário prosseguir o caminho feito até aqui, na redução da dívida total da Câmara Municipal, sendo ponderados na continuidade das Receitas.

Sendo que esta Prestação de Contas é a base do Orçamento discutido nesta Assembleia faz pouco tempo, aquele que representará o ano zero de uma nova fase da vida recente da

Câmara Municipal, a fase da consolidação e de uma elevada prudência financeira face ao contexto socioeconómico e político nacional.

Em suma, em 2022 vamos viver o primeiro ano sem PAM o que significa a retoma da nossa autonomia. Continuaremos a ter um trabalho de equipa global, com o executivo, as Associações, as Juntas, as Empresas, a Universidade, os Aveirenses.

E se esta perspetiva futura podemos ter nesta fase, também a esta Prestação de Contas o devemos, continuando a fazer mais e melhor pelo município de Aveiro.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Senhor Presidente, este Relatório é a continuidade dos Relatórios do ano anteriores. Hoje temos uma Câmara Municipal com uma estrutura organizada, a sua dívida a ser amortizada regularmente por este executivo, e com investimentos materiais e imateriais como nunca se viu neste concelho. Sendo que estes investimentos são uma opção deste executivo. São pagos conforme são contratados e estão em dia.

Este registo foi avalizado nas eleições de setembro passado onde a Aliança com Aveiro formada pelo PSD/CDS/PPM, foi a escolha dos aveirenses por larga maioria.

Para a vereação, nas freguesias só uma não foi a opção da Aliança com Aveiro para os aveirenses. E nunca antes, nesta sala, os partidos que forma a Aliança com Aveiro tiveram tantos deputados. E a oposição nunca teve tão poucos deputados. Isso não é demagogia. Isso foi a opção dos aveirenses e foi ainda agora há meses, foi em Setembro.

Por respeito por esta opção dos aveirenses na escolha destas obras, nas obras que foram sufragadas, nas obras que uns gostam com mais rotundas ou com menos rotundas, isso foi tudo esclarecido e foi opção da maioria dos aveirenses. E por respeito por essa opção dos aveirenses e pelo trabalho desenvolvido pelo executivo o PSD sente-se confortável e agradado com o mesmo e por isso irá votar favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Senhor Presidente obrigado. Obrigado a todos. O Nuno e não só, falaram desta questão da taxa de execução. É muito importante obviamente deixar clara essa matéria. E, também, deixar perante a assembleia municipal aquilo que eu já fiz perante o executivo municipal, daquela que foi a nossa estratégia de gestão do Saldo no quadro do programa de ajustamento municipal. Porque, obviamente, nunca a oposição percebeu aquilo que nós fizemos. A taxa de execução teve os números que disseram e não ouvi nenhum número errado, mas estamos a falar da taxa de execução financeira de pagamentos.

Porque há uma outra taxa de execução que é a taxa de execução total, que é aquela que soma os pagamentos que fizemos e as verbas que comprometemos para pagar compromissos assumidos.

Como sabem todos vocês, como sabem todos vocês, só lembrar que há muitos anos na legislação portuguesa, para lançarmos um concurso para adjudicar uma obra para mandarmos um contrato para Visto do Tribunal de Contas, temos que ter no Orçamento essa verba reservada. Isso quer dizer que há dois tipos de verbas no Orçamento, há 2 tipos de execuções orçamentais. É aquela que está executada porque se pagou e é aquela que está executada porque se comprometeu perante um qualquer objetivo.

Esse compromisso só vai ter mais tarde execução física. Além desta realidade legal e de gestão, no nosso caso, havia uma outra realidade no Programa de Ajustamento Municipal. Um dos parâmetros da nossa vida financeira, que não entrou no programa, está documentado, foi o Saldo.

Considerou a Câmara e considerou o Fundo Apoio Municipal e concordou também o instituto inspetivo a IGF, que o Saldo não integrava o Programa de Ajustamento Municipal. E como nós tivemos ao longo destes anos um Saldo alto, o que é que nos permitiu, como é que nós jogámos o jogo financeiro e de gestão de investimentos, com esse saldo alto, obviamente. Por força da circunstância que há pouco referenciei e que agora repito, que para lançarmos um concurso para adjudicamos uma obra ou para lançarmos o procedimento do Visto do Tribunal de Contas de um qualquer contrato, nós temos que ter verba orçamentada. Foi esse o exercício que nos permitiu investir cerca do triplo e houve anos em quase chegámos ao quádruplo, quase 4 vezes mais, daquilo que de forma linear sem o Saldo o Programa de Ajustamento Municipal não nos permitiria fazer.

É aqui que esteve e ainda está essa mudança brutal de paradigma, de uma Câmara que estando em recuperação financeira por causa de uma situação grave como a nossa, conseguiu ao mesmo tempo ter uma capacidade enorme de investimento, porque fez esta gestão do seu Saldo.

A oposição não percebeu! É da vida. Mas percebemos nós que a gerimos dessa maneira. O Fundo como sabeis foi nosso parceiro na gestão da Câmara, dando pareceres vinculativos aos Orçamentos que aqui trouxemos e, obviamente, no momento capital de mudança da nossa vida que decorreu nos primeiros dias de Dezembro do ano passado, pela cessação do Contrato do Programa de Ajustamento Municipal.

Portanto taxa de execução financeira é importante? Claro que sim. A taxa de execução total financeira com pagamentos feitos e com compromissos formalmente assumidos foi sempre muito próximo de 100%.

O que é que é mais importante agora neste processo? O que é mais importante agora é que em 2022, ano que sucede a 2021, temos agora um caminho diferente. E, portanto, não podíamos agora estar a fazer o que estávamos a fazer se não tivéssemos concretizado os objetivos que concretizámos em 2021 e nos anos anteriores.

E a questão principal é exatamente esta. É que nós conseguimos estar agora a desenvolver um conjunto de investimentos que nos vão permitir aproximar a taxa de execução financeira, que é aquela que vocês referenciaram e bem do financeiro pago, daquilo que é a realidade.

Até porque as três maiores obras, os três maiores investimentos, que vêm comprometendo verbas em vários orçamentos e que em 2021 iniciaram execução e que em 2022 estão a ter uma expressão financeira de execução brutal, embora a oposição não goste dos investimentos, mas obviamente gostam os cidadãos, são o Rossio com 12 milhões de euros arredondando número a Avenida Doutor Lourenço Peixinho com quase 5 milhões de euros, voltando a arredondar o número e o ferryboat elétrico com quase 8 milhões de euros, voltando a arredondar o número.

E, portanto, esta realidade foi muito importante na nossa vida de execução financeira, execução orçamental e, neste primeiro ano que já estamos a viver de Câmara liberta dessa mesma realidade.

Agradeço à Catarina Barreto a ajuda na resposta de que a Câmara não envolve as freguesias e que não confia, o Nuno Filipe é uma balela total. Não tem nexos nenhuns. Leia relatórios da ANAFRE de análise comparativa e vê que Aveiro é hoje um exemplo naquilo que é a dimensão financeira da cooperação entre o que é uma Câmara com as Juntas de Freguesia.

É esta a realidade daquilo que respeita em relação com as freguesias. Porque o nosso município não é um somatório de freguesias. O nosso município é “uma entidade” e os investimentos que estão relatados nestes documentos foram feitos no município de Aveiro. Dentro do município onde estão também 10 Freguesias e Uniões de freguesia. Mas no que respeita à cooperação entre a câmara e as nossas juntas de freguesia que integram também

investimento de montante muito relevante, arredondando a conta são 2 milhões de euros em 2021. E em termos nacionais a dimensão financeira desta cooperação é exemplar.

O Nuno também falou da catástrofe do Griné e solicitou à Câmara diligências junto do IHRU. Nuno aquilo que eu tenho pena e o Nuno não é muito testemunha porque está aqui há pouco tempo, mas os seus camaradas nomeadamente o Filipe Guerra, pode falar com ele que é um camarada sério. Gente boa. Desde que chegámos aqui que lutamos para que o IHRU seja uma entidade responsável e que em vez de fazer de conta que não tem responsabilidades, as exerça. O IRHU é um proprietário de grande importância ao nível da habitação no nosso município. São quase 300 fogos.

E o IRHU há muitos anos desapareceu. O IRHU é dono, mas não é gestor. E em habitação social quando se é dono, mas não se é gestor, mais tarde ou mais cedo há notícia pela asneira.

Nós Câmara de Aveiro, quando chegámos aqui na gestão da Câmara há 8 anos, a realidade era parecida, embora não tão má como a realidade dos bairros do IRHU. Porque a Câmara Municipal de Aveiro também tinha abandonado os seus bairros e os seus inquilinos. Porque é muito confortável a Câmara acompanhar os inquilinos no gabinete, a tratar de papéis e a fazer telefonemas. Mas apoio social não tem nada a ver com isso. Apoio social é relação humana. É acompanhar a vida das pessoas. E uma das primeiras ordens que demos quando chegámos à Câmara Municipal em Outubro de 2013, às nossas Assistentes Sociais foi, o trabalho de acompanhamento social faz-se junto das pessoas, não é ao telefone nem a despachar e-mails.

E isso, permitiu-nos que, ao longo destes anos, temos feito uma pressão brutal de investimento que, em termos de Conta, já ultrapassou os 6 milhões de euros. Que em termos de fogos intervencionados já vai em quase 400 e sempre numa lógica tranquila, mesmo no que respeitou à gestão, de cerca de 12 ações de despejo que executámos sem decisão de Tribunal, porque sempre o fizemos na relação da Câmara com os nossos inquilinos.

E desde o início que falamos com o IRHU, que dizemos ao IRHU para se deixar de ser burocrata, deixar de abandonar o seu património e os seus inquilinos e vir ao terreno trabalhar com as pessoas.

Só que há um problema, é que o IRHU não fez nada — um dos erros graves do Governo anterior e do Ministro Pedro Nuno Santos e espero que ele o corrija. Embora penso de que, como diria esse meu grande presidente que assinalou esta semana 40 anos de vida presidencial, eu penso de que, o Ministro Pedro Nuno Santos não vai mudar a carrada de disparates que tem feito. Ou melhor, das ações que não tem praticado.

Basicamente tem a ver com o facto de, quando discutimos a descentralização, e nós dissemos ao Governo, entreguem-nos o bairro do Griné e o Bairro do Caião, no âmbito da descentralização, entreguem-nos a responsabilidade de gerir e negociamos o pacote financeiro para fazer as operações de qualificação que são precisas fazer. E aquilo que o Senhor Ministro decidiu foi negativo. Eu não quero entregar isso à Câmara Municipal de Aveiro, somos nós Governo e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que o vamos fazer. Agora há uma triste consequência. É que nem obra nem apoio social.

Eu não vou discutir aqui as decisões judiciais de despejo, porque se obviamente o Tribunal decidiu obviamente que terá decidido bem. Nós acreditamos na justiça e temos que aceitar que a justiça decide bem, por mais que às vezes, nós achemos que não está bem uma qualquer decisão, mas essa não é a questão.

A questão é que um bairro social e pessoas inquilinas de uma entidade pública, não se governam, seja quando fazem coisas bem-feitas seja quando fazem asneiras, não se governam por decisões judiciais.

Governam-se na presença, no diálogo, na tomada de decisões da entidade que é senhorio, com as entidades que são inquilinas. E saiba Nuno que até hoje, como daqui para a frente,

continuaremos a ser a equipa com o IRHU. Continuaremos a fazer diligências, telefonemas, etc. e a falar com toda a gente, nomeadamente com os senhores jornalistas e nunca faremos como o IRHU, em que os Jornalistas ligam para o IRHU para falar com alguém e não conseguem falar com ninguém.

Portanto saiba que é neste quadro de atenção, de cuidado, mas de responsabilidade em que a Câmara assume as suas e o Governo do país e a entidade pública do IRHU assumem as suas. E é neste quadro que nós vamos continuar atentos e ativos e a fazer. Se bem que, no nosso município de Aveiro a Câmara é um bom exemplo na gestão de questões desta matéria, e o IRHU continua, infelizmente, a ser um péssimo exemplo, por mais que os seus administradores, nomeadamente o meu administrador interlocutor, o arquiteto Luís Maria Gonçalves, gente boa, gente de grande qualidade, gente empenhada em fazer bem, mas há um problema entre a boa vontade e a consequência da boa vontade. É que se ficarmos pela boa vontade, podemos aliviar a nossa consciência, mas se não a traduzirmos em atos praticados que sejam consequentes na vida das pessoas, o alívio da nossa consciência não serve de coisíssima nenhuma para gerir a vida das pessoas.

Ao Bernardo dar conta e queria deixar isto claro, porque o Partido Social Democrata tem alguns problemas mentais e políticos com o CHEGA, quero dizer com clareza a si e a todos, que o Presidente da Câmara de Aveiro não tem nenhum problema com o Chega. Para nós, o extremismo é um absurdo ético, moral e político. E o extremismo de direita é tão absurdo como o extremismo de esquerda.

E o extremismo de esquerda ainda é mais absurdo quando apoio à Rússia na invasão criminosa na Ucrânia! O que não faz o extremismo de direita.

E, portanto, não me encontrarão em nenhuma tribuna que coloca o Chega fora do espectro político, até porque se eu o fizesse, estava a menosprezar cidadãos do município de Aveiro, portugueses, que votam no Chega.

E, portanto, o Chega é um fenómeno político como é o Partido Comunista, como é o Bloco de Esquerda, como somos todos nós que aqui estamos. O preconceito absurdo de alguns social democratas, companheiros meus, quase como limpando eticamente a sua consciência por não falar com o Chega é uma estupidez democrática. E é exatamente um ato poluidor da democracia, porque a democracia portuguesa permite que o Chega exista. Aquilo que temos que trabalhar muito em Aveiro, no município de Aveiro e em Portugal, é que o Chega desapareça das opções políticas dos cidadãos por que não tem as melhores opções políticas para o desenvolvimento do nosso município e do nosso país. Esse é o trabalho político que é preciso fazer e não o exercício estúpido de dizer que eu não se falo com o Chega, porque o Chega não existe. A verdade é que o Chega existe a verdade é que o Gabriel Bernardo é um autarca tão autarca como todos nós somos autarcas. E o respeito que temos por quem o elegeu é exatissimamente igual pelo respeito que temos por todos os cidadãos que nos elegeram a todos nós.

Quanto ao Educ@RA o programa está no seu último ano letivo, mas a medição é que o contributo que o programa dá ao sucesso escolar e ao combate à redução do abandono escolar, obviamente que se medirá no médio longo prazo, mas os indicadores que temos objetivos é que o programa tem dado um contributo ao nível dos 28 agrupamentos da Região de Aveiro para que esse processo se continue. Estamos a trabalhar, no caso na CIRA, para que esse projeto possa vir a ter um projeto ou projetos sucedâneos.

Quanto ao bloqueio do Ministério das Finanças. Eu já o disse e até fui muito criticado pelo meu partido, tenho muita fé no Ministro Fernando Medina. É um absurdo político o nosso pequeno projeto, que é nosso, Câmara de Aveiro, Câmara de Oliveira do Bairro, Câmara de Águeda e Agência Portuguesa do Ambiente. São 4 entidades públicas. E esperemos bem que o Ministro Fernando Medina desbloqueie com o seu despacho de autorização para usarmos a pequena tranche do Fundo Ambiental para executar o projeto. O Ministro Leão

não conseguiu. Sabemos que os leões estão um bocado fora de moda, mas eu acredito muito que o Ministro Fernando Medina possa resolver o problema. É a vida.

Quanto aos Ecopontos. Enfim, nós temos um trabalho com a nossa ERSUC que tem vindo a correr globalmente bem. Temos vindo a aumentar a quantidade de Ecopontos, embora há sempre uma questão. que é essa que se tem que gerir, que é a capacidade de recolher os materiais depositados. Nomeadamente o mais limitante, os recursos humanos. Motoristas de viaturas pesadas para poderem aumentar a capacidade de recolha, porque, felizmente, a adesão dos nossos cidadãos à colocação de materiais nos Ecopontos, à reciclagem, tem vindo a ser crescente e esse obviamente é um dado positivo. Mas temos que dar aí uma dimensão diferente.

Quanto à Feira do Livro. Nós entendemos que temos uma Feira do Livro boa. Investimos no ano passado e vamos investir este ano cerca de 90.000 euros, não é uma verba despicienda. A Feira do Livro em Aveiro não é um evento chave. Não pertence ao grupo dos eventos chave, mas é um evento importante.

Teve uma primeira fase de vida no mercado Manuel Firmino, passou o ano passado para a Praça da República, onde vai ficar este ano também, e vamos continuar a investir nela de uma forma crescente, ao nível da quantidade de investimento financeiro e também da sua qualidade e da sua notoriedade.

Quanto ao apoio ao investimento privado dar nota que a lógica é que temos trabalhado naquilo que é a agilização do processo de licenciamento. Daquilo que é a negociação de condições de apoio à instalação e, obviamente, são muitos os exemplos a dar. Na área comercial Mercadona, Lidl. Na área industrial Navigator, Indasa. As operações novas como a Love Tiles, o maior investimento cerâmico dos últimos anos e Aveiro de raiz. A ampliação do Glicínias, enfim. São esses os exemplos da importância da Câmara na relação com os investidores, para que o investimento privado continue a acontecer e a crescer no nosso município.

Sempre dizemos que o setor privado é o motor principal da atividade económica do nosso município e nós poder público local somos o motor auxiliar. Que somos já e queremos continuar a ser um bom motor auxiliar. O motor principal foi, é, e queremos que continue a ser o setor privado.

Pedro Rodrigues do PAN diz que os transportes não respondem. Pedro discordamos. Os transportes respondem. Estamos a terminar o trabalho de estudo, aliás está terminado, falta acabar a discussão do próprio estudo sobre um conjunto de avaliação e de medidas de ajustamentos e de melhoria que já estão já definidas. São cerca de 20 e estão neste momento em fase de discussão, para podermos melhorar a quantidade e a qualidade da oferta. Sabemos que temos atualmente um bom serviço.

Agradecer a lembrança que o Jorge Greno fez neste debate. Obviamente nalgumas matérias é um debate repetido, porque tivemos, de facto, a oportunidade em Fevereiro, por força da necessidade de integrar o Saldo e o pudermos usar o mais rapidamente possível, trazer no fundo as Contas provisórias que, felizmente, os documentos que aqui estão confirmam os números que aqui trouxemos em Fevereiro.

Não há ao nível numérico, não há aqui nenhuma surpresa. Os números são aqueles que trouxemos aqui, obviamente com uma ou outra diferença, mas absolutamente de pormenor. E, portanto, cumprimos o objetivo central da reputação financeira da Câmara em 2021. Foi um ano muito importante.

A doutora Maria Seíça Neves diz que o PS discorda e eu só agradeço. É muito importante essa discordância. Seria um ato político de dificuldade elevada que o Partido Socialista viesse aqui dizer que concordava com este documento. Especialmente baralharia os cidadãos. Porque, embora seja difícil vocês voltarem à vossa memória, a verdade é que o Partido Socialista teve uma dramática derrota eleitoral a 26 de Setembro.

E, portanto, a coerência política e acho muito saudável que o PS tenha neste exercício, é que de facto quem manda na democracia são os cidadãos. E é por isso que eu sempre digo que este debate, dos 3 que ainda vamos ter, este é o mais fácil de todos. Porque quem fez a análise, quem fez a avaliação, é quem manda em todos nós, é quem nos elegeu. E, portanto, é muito saudável democraticamente e politicamente a discordância do Partido Socialista.

E eu agradeço. Como sabe Senhora doutora gosto muito de si, com aquelas notas que agora não vou dizer para não se zangue comigo, mas neste momento é muito importante essa discordância do Partido Socialista.

Eu ficaria aterrado se o Partido Socialista concordasse com este documento. Se o Partido Socialista em tão pouco tempo tivesse curado as feridas profundas, da derrota violenta, que sofreu no dia 26 de Setembro. Porque a democracia é aquele ato político muito bonito, em que sempre as ordens que os cidadãos nos dão, são as boas ordens, por mais que às vezes, já nos aconteceu a todos, não vale aqui a pena estarmos a dizer que a mim nunca me aconteceu, já nos aconteceu a todos, nos possam doer.

Quando referenciou que os aveirenses ficariam mais satisfeitos com outra realidade. Aqui é que a democracia se começa a perturbar! Ou como diria o meu tio Aldino “aqui é que a porca começa a torcer o rabo”. Porque de facto essa frase contradiz a bondade da anterior análise política que acabei de fazer. Porque, de facto, os aveirenses estão felizes com este documento.

Este documento tem a ver com os 3 quartos do ano político gerido até à eleição autárquica. E, como todos sabemos, nunca ninguém votaria numa renovação de projeto se tivesse uma avaliação negativa do exercício, como é óbvio.

Acho que facilmente nos entendemos a este nível. E, portanto, saiba que a análise que fazemos é exatamente inversa. Os aveirenses estão satisfeitos.

E quando referenciou, para terminar, de forma ainda mais errada a sua intervenção brilhante dando nota de que para o PS as pessoas estão em primeiro lugar, pois aquilo que me parece é que, de facto, para o PS as pessoas não existem! E não existem, porque as pessoas, dando uma descida de uma forma tão expressiva como a que decidiram a 26 de Setembro, o PS vir dizer que os aveirenses estão insatisfeitos, pois isto não bate a bota com a perdigota.

Isto só quer dizer que as pessoas para o PS não estão em lugar nenhum. Estão num firmamento, eventualmente de um planeta, de um universo, que não é o universo que a ciência já nos deu a conhecer. E que o PS entenderá que existe para poder ganhar uma câmara que até se pode chamar Aveiro, mas é de um planeta que ainda não foi descoberto. Que nós não sabemos a que distância está de nós, mas que de facto, da vida dos aveirenses, está a milhões de anos luz, porque aqui a realidade é uma realidade de desenvolvimento, de crescimento, de investimento crescente de apoio social, de investimento na habitação social, de cooperação com juntas de Freguesia, de investimento nas Associações, e isto recebeu uma avaliação positiva e um depósito de confiança para continuarmos este caminho nestes 4 anos que temos pela frente no mandato que estamos a iniciar.

É por isso que de facto agradeço muito a ajuda da Catarina Barreto, do Bruno Costa e do Manuel Prior, a ajudarem a evidenciar a dimensão relevante dos documentos que relatam de forma verdadeira e clara. E nem vale a pena porem-se aí a elogiar os nossos técnicos. Era o que mais faltava! Estes documentos são verdadeiros. Nenhum de vocês disse. O parágrafo X diz uma mentira. Os documentos só dizem verdade.

Depois, obviamente e naturalmente, na avaliação política, é que há avaliação positiva e negativa, como é lógico e é democrático. E, repito, agradeço a avaliação negativa de alguns e o voto negativo de alguns. É muito importante democraticamente.

Mas a lógica é que estes documentos são documentos de realidade. Já agora, para vos dar nota, por causa desses elogios aos técnicos, quem escreveu este relatório de introdução que demora umas 7 ou 8 horas a escrever, foi o técnico da Câmara José Ribau Esteves.

Apresento-me a vocês, sou eu próprio, e sou eu dos poucos Presidentes de Câmara que escreve pela sua mão dois documentos, a Introdução ao Plano e Orçamento e o Relatório de Gestão. E faço questão de ser sempre eu a escrevê-lo. Um a um, parágrafo a parágrafo, palavra a palavra. Nenhum Assessor meu, nenhum Adjunto meu, técnico da Câmara, escreve uma frase deste texto.

Porquê? É exatamente pela profundidade do compromisso naquilo que é definir o que vamos fazer e naquilo que é olhar para trás e avaliar o que fizemos. E é por isso que em 24 anos de Presidente de Câmara nunca abri mão deste texto de introdução, que está aqui escrito e todos os outros dos 3 exercícios anteriores serem feitos por mim mesmo.

Portanto fico muito contente de eles serem verdadeiros. Era o que mais faltava! São factuais, independentemente da vossa avaliação política ser diversa. Mas aí fica apenas o meu elogio à democracia e agradecimento à visão de cada um. Mas no balanço do debate que estamos obviamente, fico muito satisfeito e nós todos que trabalhamos e contribuimos para a execução do compromisso político da “Aliança com Aveiro” para com os nossos concidadãos, ter este balanço muito positivo do exercício concretizado de 2021. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP)⁰¹⁹

Vogal João Moniz (BE)⁰²⁰

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰²⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁵

Presidente da Mesa⁰²⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁸ o Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2021, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), uma abstenção (CHEGA1), onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de integração em domínio público de parcelas de terreno sitas na Rua Castro Matoso - Parcela B e C - com um total de 2.461,00 m²;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/07/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁹ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Muito obrigado. De forma muito sumária. Este é mais um procedimento daqueles que já trouxemos e vamos continuar a trazer aqui. São parcelas do domínio privado da câmara que tem que passar ao domínio público por força da nova realidade urbana. Neste caso de uma obra que está a terminar na envolvente da unidade de equipamento social da antiga carlton life e, portanto, essa condição muito simples de mantendo aquilo que interessa que é a substância destes terrenos, que agora vão ter o uso de parque de estacionamento, logo que terminada a obra e ela está mesmo nas suas notas finais e, portanto, por essa condição, ela muda o seu estatuto jurídico, mantendo-se pública e da mesma entidade, mas deixa de ser domínio privado e passa a ser domínio público, e é isso que trazemos à Assembleia Municipal, porque é competência da Assembleia tomar essa decisão. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto nós aceitamos esta opção de integração do terreno para o domínio público. Não podemos é deixar de criticar a escolha que a Câmara Municipal faz para dar destino ao terreno. Parece que a política da Câmara Municipal é sempre que há um sítio qualquer que não dá para construir faz parque estacionamento. E meter lá um parque de estacionamento, com todos os problemas que isso traz, e que nós já discutimos abundantemente quando discutíamos o Rossio. É uma opção errada a de criar ali um parque de estacionamento. Já discutimos as consequências deste tipo de infraestruturas no centro da cidade, a forma como trazem mais carros, etc. E, portanto, não podemos deixar de criticar, fazer essa crítica.

Fica esse reparo sobre a opção da Câmara Municipal e por nossa opção, aquele espaço estaria equipado com um espaço de fruição da comunidade. Um parque, um Jardim, uma coisa qualquer pudesse até ser discutida aqui na Assembleia Municipal, mas de natureza de fruição pública e não mais um parque de estacionamento. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Obrigado Presidente. A intervenção do deputado que me antecedeu demonstra a profunda ignorância que tem sobre a cidade de Aveiro e os seus locais. Vê-se que não é uma pessoa que vai almoçar ao “Dois Duques” ou jogar bilhar ao “Café Taco” (Ouvem-se vozes)...

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, não evoque as ditas marcas para defender...”

Vogal Jorge Greno:

“O Senhor mora lá no bairro, sabe muito bem do que estou a falar.

Bem, eu tinha-me inscrito simplesmente para referir que naquela zona específica é uma selva de estacionamento. Na rua Vale Guimarães há horas do dia que não há lugar para estacionar em segunda fila. Há carros estacionados na frente de entradas de garagens.

É evidente que há lá um parque público, mas estas coisas também funcionam com umas multas a quem infringem. E há pessoas que abusam naquelas ruas.

É obvio que esta baía nova de estacionamento, que não sei quantos lugares possa vir a ter, talvez ter 40, 50, não faço ideia, mas é sempre uma ajuda. Penso que não vai resolver o problema porque vai ser ocupada por pessoas que vêm trabalhar para a unidade ali existente e para a cidade. E aquela será a primeira zona de estacionamento gratuito e, portanto, serão lugares a serem desocupados depois das sete e meia ou oito da tarde. Portanto são pessoas que vêm para trabalhar e ocupam esses lugares.

Como zona de fruição, etc. até parece que aquilo não está em linha reta a 50 metros do Parque da Cidade!? Ter mais jardins naquela zona também me parece que seria desnecessário porque temos desde o Parque de Santiago, o Parque dos Amores, o Parque Infante D. Pedro, o Parque da Baixa de Sto. António – ali há parques com fartura e pardais a cantar que chega. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Brevemente. Essencialmente só me inscrevi porque vi ali o BE a inscrever-se. Não sabia, não sabia o que iriam dizer e à bocado, com a questão dos apartes, exagerámos um bocadinho e fomos colocados no mesmo cesto que o bloco de esquerda e partido comunista português e isso aborrece-nos, percebem.

Mas enfim, em relação a esta proposta parece-me que faz todo o sentido como é evidente. Penso que dará aí uns 40 lugares e faz todo o sentido porque aquela zona é uma zona muito concorrida. E sobretudo porque ali naquela zona as habitações não têm garagem. Nós temos esse problema na cidade em alguns sítios, mas pronto, antigamente faziam-se assim as coisas e temos agora que fazer alguma correção e este parque vai ajudar a isso. E ainda na São Sebastião existem alguns prédios antigos e que não têm garagem.

Temos que fazer a contemporização entre isso, é evidente, e não aquilo que o CDS diz. Eu sei que o CDS não pensa assim. Faz este argumento pelo que foi ouvindo sempre do BE em relação às questões das árvores, etc.

Há várias formas de fazer o estacionamento de uma forma mais agradável, como se tem feito. É difícil agora pensar porque V.Exa não o tem feito com sítios aprazíveis com árvores, mas é possível fazer um misto das duas coisas e é isso que se espera.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Eu penso, Senhor Presidente da Câmara que estamos a referir àquela rua que já está batizada como Batalhão Caçadores, com início da rua Castro Matoso e vai até à São Sebastião ou vice-versa.

Pergunto se aquilo ali vai ter dois sentidos Senhor Presidente? Vai ter um parque de estacionamento com 40 lugares, mas penso que mais? Eu penso que é uma boa obra. Penso que é interessante até pelo que já foi ventilado aqui. Mas também porque aquela residência sénior penso que ter este parque de estacionamento é realmente importante e bastante útil.

O Jorge Greno estava a candidatar-se a um finozito à borla, deixe lá, não perde pela demora.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Obrigado. Muito simples. O nome que está definido para esta rua é Companhia de Caçadores Especiais, uma homenagem a um batalhão muito importante na época do Quartel, nos valores à Pátria, na Guerra Colonial. Assumimos esse compromisso e a decisão está tomada pela Comissão de Toponímia e pela Câmara Municipal.

Entendemos que o uso de estacionamento era ali a opção que interessava. São quase 80 lugares de estacionamento e, enfim, com uma estrutura arbórea que cria ali uma parede verde para fazer a relação desta zona com as traseiras da zona urbana das habitações que ficam do lado Sul e Nascente deste pedaço de terreno. E, portanto, achamos que é uma opção correta. Mas em qualquer das condições o que interessa aqui é que nós mudemos o estatuto jurídico do terreno do domínio privado para domínio público. Muito Obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁷ o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de integração em domínio público de parcelas de terreno sitas na Rua Castro Matoso - Parcela B e C - com um total de 2.461,00 m², sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7), quatro abstenções (PAN2+BE2), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta para constituição de um grupo de trabalho que tenha por missão a criação de um "Plano de atuação para resolução do problema dos animais abandonados no concelho";

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁸ ao deputado proponente do PAN para fazer a apresentação da Proposta.

Vogal Pedro Filipe Rodrigues (PAN):⁰³⁹

“Obrigado Senhor Presidente. A área animal nunca foi uma preocupação deste Executivo. Vamos a factos: O Presidente Ribau Esteves assumiu a liderança desta Câmara em 2013 e optou por enviar os animais abandonados de Aveiro para abate no canil de Ílhavo.

O município de Aveiro encontra-se obrigado a possuir um CROA, vulgo canil municipal, há várias décadas. Já em 2016 foi aprovada a Lei 27, de 23 de Agosto, que vem confirmar essa obrigatoriedade e onde se estabelece a proibição do abate de animais errantes, tendo concedido 2 anos aos municípios para se adaptarem à lei. Estamos em 2022 e o município de Aveiro continua a não cumprir a lei.

Continuamos com as 2 associações de ajuda animal em Aveiro com a lotação completa e com parcas ajudas. A AFECTU, foi noticiado nos últimos dias, está em risco de despejo e sem solução para o realojamento dos 70 animais que tem a seu cargo. Estas associações estão a substituir a Câmara numa responsabilidade que é sua. Que respostas tem a Câmara de Aveiro para dar à Associação AFECTU?

Ao longo do último mandato trouxemos propostas para uma melhoria do bem-estar animal em Aveiro. Foram todas rejeitadas com a resposta de que a Câmara já o estaria a desenvolver. Não é verdade.

Veja-se o caso do CED, continuamos sem um programa de captura, esterilização e devolução nas colónias de gatos, estruturado e conseqüente, também este obrigatório por lei. Continuamos sem canil municipal; continuamos sem políticas de recolha e esterilização dos animais errantes; continuamos com várias matilhas nas ruas do município, sem qualquer controlo populacional; continuamos com matilhas a serem capturadas sem que seja dado conhecimento do destino que lhes é dado, aconteceu com a captura da matilha de S. Jacinto em 2018 e recentemente o Senhor Presidente afirmou que tinha sido capturada uma matilha em Verba. Enviamos um e-mail a 22 de fevereiro a questionar qual o destino dado aos animais, ao qual não se dignou responder e ao qual ainda aguardamos resposta.

*Voltámos a não ter uma autoridade veterinária municipal em Aveiro!
Com esta proposta pretendemos que se constitua um grupo de trabalho em sede de Assembleia Municipal para que finalmente seja dada importância a um assunto sistematicamente esquecido e para o qual urge encontrar soluções"*

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Obrigado senhor Presidente. Nós acompanhamos esta proposta, no entanto não podemos deixar de fazer os nossos reparos. Este assunto tem vindo a ser debatido há demasiado tempo na assembleia municipal por inação da câmara municipal que se recusa a ter políticas para o bem-estar animal e não é só a questão dos animais em si. Estas questões também trazem problemas de saúde pública e de segurança que também devem ser equacionadas.

A verdade é que a câmara não tem canil municipal para dar resposta, não tem políticas CEDE, não tem políticas de esterilização e, portanto, este assunto vem-se arrastando ao longo do tempo. E isso é o que nos causa alguma estranheza. Porque nós não consideramos que seja necessário um grupo de trabalho que apenas vai protelar ainda mais esta solução. Nós conhecemos as soluções necessárias. Elas já foram debatidas, mas infelizmente existe uma força de bloqueio aqui na nossa direita, que reiteradamente se recusa a dar resposta a este problema.

Concluindo. Nós vamos obviamente votar a favor. Nós acompanhamos o sentimento desta proposta, mas consideramos que a criação de um grupo de trabalho é sempre empurrar com a barriga as soluções que já conhecemos e que deveriam ser implementadas o quanto antes. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Muito o brigado. Relativamente a este assunto dos animais que já tem sido falado várias vezes, foi aprovado um conjunto de leis na Assembleia da Republica, mas o PAN previamente devia cuidar para que essas leis fossem bem executadas e não aceitar aqueles mil euros a mais que foram acrescentados no Orçamento para o PAN votar a favor, para a construções dos canis e que nem dá para construir um, penso eu.

A verba provavelmente terá sido também cativada e, portanto, o problema não está ao nível do concelho de Aveiro ou de nenhum dos 308 concelhos. O problema está ao nível de leis, que com as condições que existem, são impraticáveis. Para a construção é preciso muito investimento e também é preciso haver condições para que se possa construir as unidades que estão em falta. E aqueles que acham que neste momento é fácil fazer construções tentem fazer uma pequena obra. Vejam se conseguem empreiteiros, vejam como é que estão os custos dos materiais e depois percebem as dificuldades nas obras públicas.

Mas também queria deixar aqui uma nota que, no mandato anterior, ouvimos muitas vezes aqui o representante do PAN nesta Assembleia dizer que o PAN não era um partido de esquerda nem de direita. Isto foi verdade até setembro do ano passado. Em setembro cai-lhe a máscara e o PAN passou a ser um partido de esquerda coligado com o Partido Socialista. E em janeiro fez tudo para ter um acordo com o Partido Socialista, mas o PS teve maioria absoluta e desprezou como se tem visto todos os dias.

Portanto o PAN é um partido de esquerda e como partido de esquerda que é, acha que a solução para os problemas é a criação de grupos de trabalho. Na opinião da esquerda os grupos de trabalho resolvem os problemas. Se fosse aqui um grupo de trabalho nesta assembleia pelo mínimo de 8 pessoas, uma de cada partido, provavelmente nenhuma sem

conhecimento técnico sobre esta matéria e, portanto, teríamos 8 pessoas a discutir um problema técnico sem perceber nada do que estavam a discutir.

Era mais umas senhas de presença para os que fizessem parte dessa comissão certamente. Mas não é solução. A Câmara tem solução no seu interior para resolver os problemas.

Agora há aqui assuntos que ultrapassam as competências da Câmara, como já foi reconhecido pelo Senhor Presidente no ponto anterior. E é reconhecido por que vive neste país em 2022.

Os problemas para construir neste momento o que quer que seja são tremendos. Se juntarem a isso as leis que impedem os ajustamentos de preços na medida necessária e que o governo ainda não corrigiu. Este problema não tem a ver com a guerra. Este problema dos preços na área da construção já tem pelo menos um ano e cresce ao mesmo o problema da mão-de-obra. Os trabalhadores saíram em 2010 por conta da crise e agora não regressam uma vez que onde estão ganham muito mais. E é essa mão-de-obra que nos falta e que não vai regressar. Por isso está aqui uma tempestade perfeita para que um conjunto de obras públicas no PRR, independentemente de terem a ver com animais ou terem a ver com educação ou com saúde, vão ser difíceis de levar a cabo em tempo útil e aos preços corretos. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Sobre esta proposta da criação de um grupo de trabalho para a criação de Plano de atuação para resolução do problema dos animais abandonados no concelho, na ótica do PSD, este grupo já está criado. Está criado no seio da Câmara Municipal que é a quem compete essas funções. É composto por profissionais da Câmara e por responsáveis do executivo.

Lá que fosse para criar um grupo de trabalho de acompanhamento para essa secção da Câmara neste assunto, ainda vá que vá. Agora grupo de trabalho quer tenha como missão a criação de um Plano de atuação para resolução do problema dos animais abandonados no concelho, isso não cabe a esta Assembleia. Por isso votaremos contra.”

Vogal Pedro Filipe Rodrigues (PAN):[044](#)

“Bem, deixem-me contrapor a algumas intervenções. Caro colega de Assembleia Jorge Greno, acho engraçado como é que o município de Aveiro tem a dimensão que tem, que tem a capacidade financeira de alocar despesa e tem fundo de maneiço, não consegue fazer um programa e um trabalho de acompanhamento de animais, quando outros municípios mais pequenos, com menor percentagem de área urbana, onde o problema potencialmente seria maior com os animais errantes mais espalhados por áreas rurais, por que é que Aveiro não irá conseguir?

E a questão do financiamento acho curioso agora estarem a levantar essa questão para a construção do canil quando isto já foi previsto há mais de quatro anos e a pandemia só tem dois anos.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[045](#) **o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta para constituição de um grupo de trabalho que tenha por missão a criação de um "Plano de atuação para resolução do problema dos animais abandonados no concelho", sendo a proposta rejeitada, com doze votos a favor (PS7+PAN2+BE2+PCP1), uma abstenção (CHEGA1), vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+PPM1).**

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara Municipal, para “O acolhimento de refugiados em Aveiro”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴⁶ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de recomendação.

Vogal Rui Miguel Faria (BE):⁰⁴⁷

“Senhor Presidente da Assembleia; Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores deputados; Público aqui presente. Na madrugada do dia 24 de Fevereiro de 2022, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia. Esta agressão merece a nossa condenação sem reservas. Devemos, portanto, solidariedade ao povo Ucrâniano e a quem um pouco por todo o mundo se insurge contra esta invasão.

Desde o início da invasão Russa, milhões de pessoas já fugiram da Ucrânia. Quem foge encontra infelizmente uma já calamitosa crise de refugiados que continua a ser um drama humano por toda a Europa.

Os refugiados em Portugal oriundos deste conflito são mais de 20 mil. Dos quais, 65% são mulheres e mais de um terço são crianças.

Não podemos falhar com o povo Ucrâniano da mesma maneira que estamos a falhar com os refugiados Sírios e com todos os outros que chegam do mediterrâneo, não podemos mais fechar os olhos.

Centenas de milhares de pessoas procuram nos países da União Europeia apenas uma vida com dignidade longe da violência e da fome. Infelizmente muitos, entre eles, morrem na tentativa. Perante esta tragédia, devemos criar as condições para garantir a quem chega às nossas fronteiras, não só a oportunidade de se salvar da guerra, mas sobretudo, de continuar a sonhar e a lutar por um futuro melhor.

Como resposta ao desafio que nos é proposto o Presidente da Câmara de Aveiro disse, e passo a citar: "Aveiro tem capacidade para receber cerca de 1.500 refugiados no Regimento de Infantaria n.º 10 em São Jacinto". Depreendíamos nós que estava tudo pronto para os receber. Mas quando a realidade bate à porta, temos a Comunidade Ortodoxa Ucrâniana em Aveiro a afirmar, e passo também a citar: "Continuamos a ter notícias de pessoas que são descarregadas numa instituição qualquer, mas que não as pode lá ter e as pessoas que se desenrasquem". Faço o paralelo um bocadinho com os despejos. As pessoas que se desenrasquem.

Senhores deputados, perante a urgência da situação o Bloco de Esquerda volta a submeter a deliberação da proposta que apresentou em Setembro de 2015 na Assembleia Municipal de Aveiro, porque em conformidade com as convenções internacionais de garantia de salvaguarda dos direitos humanos se mantém a necessidade de sermos um município acolhedor e preparado para receber refugiados. Para o efeito propomos:

- 1. Criar um fundo de apoio à inclusão aos refugiados;*
- 2. Criar bolsas de estudos e apoios sociais para futuros estudantes refugiados;*
- 3. Criar um gabinete de acompanhamento e aconselhamento para a validação de competências junto de outras instituições;*
- 4. Criar mecanismos e apoios financeiros de acesso ao ensino primário e básico, nomeadamente a creches;*
- 5. Preparar a comunidade escolar para a criação de um ambiente acolhedor para as crianças e suas famílias, através de iniciativas culturais e pedagógicas de valorização da diversidade cultural;*

6. *Articular de forma duradoura as respostas na área da habitação, saúde, educação com a inserção profissional dos refugiados. Tenho dito.*”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

“Colocamos que estamos de acordo com os valores inerentes à moção colocada, não é. E deixamos aqui 3 reparos em relação ao momento que estamos a viver.

Condenamos todo o caminho de ingerência, violência e confrontação desde o golpe 2014, promovido pelo Estados Unidos na Ucrânia, que instalou um poder xenófobo e belicista. Condenamos intensificação da escalada belicista dos Estados Unidos, da NATO e da União Europeia, numa estratégia de tensão e confrontação, pelo que passou pelo contínuo alargamento da NATO e o reforço militar ofensivo junto das suas fronteiras.

Reafirmamos que a opção de classe do PCP é oposta às forças políticas que governam a Rússia capitalista e os seus grupos económicos. Mas também queria deixar mais uma coisa Senhor Presidente, é que há muita coisa que está a acontecer, mas o problema é a verdade no meio disto tudo. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050](#)

“Esta proposta de recomendação do Bloco de Esquerda é mais uma das matreirices desonestas que este Partido já nos habituou. Procuram aproveitar a grande onda de apoio dos portugueses aos refugiados Ucrânicos para sub-repticiamente lançarem esta proposta de apoio a todos os refugiados em geral.

Nós Partido Chega, temos desde o início apoiado o acolhimento temporário de refugiados Ucrânicos porque sabemos que eles fogem inequivocamente de uma guerra e são maioritariamente mulheres e crianças, contrariamente ao que acontece com muitos outros refugiados vindos de outras partes do mundo.

Portanto, eu reitero, nós apoiamos o acolhimento temporário de refugiados Ucrânicos, dentro daquelas que forem as nossas capacidades de acolhimento.

Relativamente a esta proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, tendo em conta o seu carácter generalista, nós obviamente votaremos contra. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Filipe Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

“24 de Fevereiro representa um marco que não esqueceremos: a Rússia invadiu a Ucrânia e iniciou uma guerra na Europa a que não contávamos assistir em pleno século XXI. A Rússia invadiu um país livre, com um governo eleito democraticamente e as suas tropas têm cometido atrocidades cujas imagens nos chegam diariamente e a que assistimos incrédulos. O Mundo uniu-se, na sua maioria na condenação destes crimes, Portugal incluído. O PAN manifestou desde logo a sua solidariedade para com o povo ucraniano e apresentou uma proposta no Parlamento para que o presidente Zelensky discursasse naquela que é a casa da democracia. Lembramos que as duas guerras mundiais tiveram início na Europa, os europeus têm memória e clamam por Paz. Europeus estes que têm demonstrado uma grande solidariedade para com o povo ucraniano, seja no envio de bens, seja no acolhimento de refugiados.

Entendemos que as autarquias têm aqui um papel importante a desempenhar. Os Aveirenses têm-se empenhado nesse apoio, será de esperar que este Executivo também o faça.

Nesse sentido, acompanhamos a proposta do Bloco de Esquerda, o município de Aveiro deverá encetar medidas concretas no acolhimento a refugiados.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“Obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda retoma aqui o seu hábito de apresentação de propostas inócuas nesta assembleia e neste caso, pior ainda, limita-se a repetir uma proposta de 2015! Esta proposta é apresentada pelo Partido que sempre que aqui se discute algo que seja para reforçar poderes ou atividades municipais, como, por exemplo a descentralização, vota contra. Esta proposta é apresentada pelo Partido que em sede de Parlamento Europeu, quando se discutiu um Apoio Financeiro à Ucrânia se absteve.

O acolhimento de refugiados em território nacional, em especial na situação de guerra que se vive atualmente na Europa é uma situação demasiado séria e complexa para que cada um dos 308 municípios portugueses decida à sua maneira o que fazer.

O Estado tem meios e está a utilizá-los bem para acolher todos aqueles que chegam a Portugal fugindo da guerra. O CDS recusa-se a pactuar com esta hipocrisia e vota naturalmente contra esta proposta.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

“Obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda e penso que o PCP também às vezes faz a mesma coisa, têm a mania de fazer e apresentar as moções em Lisboa, na sede nacional e depois apresentam-nas em todas as assembleias municipais do país.

E o problema é que este é um tema que é nacional, nacional. Penso que não há aqui ninguém nesta sala, isto não tem nada a ver com a guerra da Ucrânia ou com a solidariedade com o povo ucraniano, etc., etc., etc. Isto é uma competência nacional.

Nacional. Aliás, algumas das medidas já estão a ser implementadas. Estou a dizer até por conhecimento próprio. Por exemplo, na escola do meu filho, já foi acolhido, na medida que se pôde uma criança Ucraniana que está cá, aqui na escola da Glória. E há mais.

Agora virem aqui, a mim fazia-me muito mais sentido, para mim é o que que mais sentido me faz, ter uma discussão aqui, porque como dizia o Senhor Presidente da Câmara, nós não somos claramente deputados, somos os vogais da Assembleia Municipal.

Nós temos destas coisas, assim como o senhor presidente da Câmara também quis dar o salto para a presidência do PSD nacional, não conseguiu. Ainda tem de se fazer ao caminho. Os 24 anos e experiência autárquica não deram.

Para mim o que faz mais sentido é o âmbito local. Vamos cingir àquilo a que estamos aqui, todos. Nós os eleitos locais na nossa realidade. Minha, sua, e de todos nós confinados aqui e bem, ao nosso município de Aveiro.

Para mim faria muito mais sentido e não me interessa de quem é a culpa, se é administrado por um governo socialista, faria muito mais sentido exigirmos da Câmara um apoio às pessoas que foram agora vítimas de despejo no Griné, por exemplo. E ao que sei estão ali a montar barraca ao pé das casas onde foram despejadas. Esse sim me parece um problema de dimensão social municipal e não propriamente a questão dos refugiados que tem comunicação social de imensa social etc., e onde o Estado Português tem uma obrigação mais concreta de apoio e onde está a procurar e foi até o Jorge Greno que disse que está a fazer bem.

E, portanto, o Bloco de Esquerda faz várias vezes isto, que é apresentar uma Moção para depois esperar que as pessoas votem no que é um sentido inverso, pela razão de não haver uma competência específica municipal sobre esta matéria, para depois apresentar no jornal e dizer, pois, o PS em Aveiro não votou todo a favor. Quer dizer fazem um numero político e acham que são felizes com isso. Eu, sinceramente acho que nisto (e o meu partido não tem

posição definida sobre esta matéria) não posso viabilizar este tipo de comportamentos porque sou manifestamente contra isto. Incomoda-me este tipo de atuação.

Agora e depois fico sempre naquele naquela questão que é em relação ao texto base. Eu não consigo discordar. Nem em relação às propostas em concreto. O que eu entendo é que esta moção não tem cabimento aqui. E, portanto, fazem sempre a mesma coisa, continuem a fazer e eu vou continuar a votar da mesma maneira, vou-me abster.

Não tenho outro sentido de voto possível. Depois já sei, façam lá o comunicadinho para o jornal a dizer que eu me abstive e que contra os refugiados, etc. Façam lá a vossa festa como entenderem. Portanto, acho que com isso têm tido um grande sucesso eleitoral.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“O meu comentário a essa oposição, devia ser igual para àquela que o comunicado do Partido Socialista agora há uns dias fez. Mas isso são disfunções vossas.

Quanto a esta situação, esta é uma situação difícil e muito complicada. Apoiamos o melhor acolhimento, apoiamos o apoio a estas pessoas e apoiamos integração destas pessoas no nosso país. E, para isso, o Governo da nação que é o responsável perante a lei por executar estas funções já fez. Tem o SEF, tem o ACES, tem os Agrupamentos Escolares, têm Segurança Social, que fazem. E que neste caso estão a fazer bem estes procedimentos.

Por isso, nós achamos, como o Pedro diz, é uma coisa de âmbito nacional não é de âmbito local ou de freguesia. Por isso, esta moção para nós não tem razão de ser, nem sequer vir aqui.”

Vogal Rui Miguel Faria (BE):⁰⁵⁵

“Senhor Presidente, respondendo muito sucintamente às declarações do PCP. Não duvido das suas características humanista de, de luta pela liberdade. Os livros de história relatam isso. Mas a única coisa que tenho pena é de não conseguirem ainda condenar a invasão e não terem uma posição de condenação e repetidamente, repetir, a propaganda Russa. Essa sim uma propaganda que nunca disse invasão, diz que é uma operação militar.

O Chega. Dizer ao Chega muito rapidamente que quem muda ao favor do vento não é o Bloco é o Chega. O Chega consegue mudar um Programa eleitoral nacional de um dia para o outro só porque a comunicação social começou a falar dele. E o grande problema do Chega aqui não é os refugiados é o pantone dos refugiados. Pelo visto aqui não se pode repetir marcas, mas é quase um partido dyrup. É se o pantone for mais clarinho gostamos, se o pantone for mais escuro já temos problema com isso.

PS e PSD eu vou juntar a resposta para os dois porque como se verificou nas ultimas eleições autárquicas PSD e PS em Aveiro a mesma luta. Dizer que é coerente tende a repetir-se. Repetimo-nos nacionalmente, repetimo-nos localmente.

E até me vou socorrer aqui de umas frases do senhor Presidente da Câmara, que falou muito bem, porque até um relógio parada está certo duas vezes ao dia. Quando disse aquando das polémicas das comunidades ortodoxas, para virem para o terreno. Para se deixarem de politiquices e virem par ao terreno porque é no terreno que estão realmente os problemas. Concordamos.

Mas quem é que tem mão no terreno? São as autarquias. São as autarquias que conhecem os problemas e conhecem a realidade dos factos. E a comunidade ortodoxa em Aveiro, reconheço que há casos de sucesso, mal era. Mas as pessoas muitas delas continuam com problemas reais. A maior parte das pessoas que vêm estão a ser despejadas à sorte num país que não é o deles, com uma língua que não é a deles, com um trauma de acabarem de ver a casa a ser bombardeada, não falam com a família há não sei quanto tempo, e acho

que cabia ao município de Aveiro ter uma intervenção mais humanista e não delegar tudo no Governo. Nós podíamos fazer mais qualquer coisa.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“Senhor Presidente eu tinha pensado não intervir no debate até porque acho que ele não interessa para nada e até por uma gestão do tempo. Mas há aqui uma questão que é importante e que deve ser dita, até porque há muita gente que a não sabe. E há muita gente que, sabendo, a esconde!

Este processo da Ucrânia é bem mais complexo do que parece. E estas ingenuidades esquerdoides são um perigo naquilo que respeita à criação de opinião errada na opinião pública, dado que as pessoas não sabem de tudo o que se passa.

A Ucrânia tem 42 milhões de habitantes. Cerca de 30% dos habitantes da Ucrânia são pró-russos. A Igreja Ortodoxa Ucraniana tem dois ramos religiosos. Tem um ramo que depende da Igreja Ortodoxa Russa e tem um ramo que se quis divorciar dessa dependência Russa, que é uma igreja ortodoxa, autónoma da Ucrânia.

Aqui mesmo em Portugal e mesmo em Aveiro, imaginem, há representantes da Igreja Ortodoxa Ucraniana que não depende da Rússia e que não tem fretes feitos à Rússia, porque como sabeis a Igreja Ortodoxa Russa está ao serviço do Presidente Putin.

Mas em Aveiro também há algumas pessoas e instituições, que a Câmara de Aveiro apoiou com muito dinheiro, que pertencem aos Ucranianos Pró-russos.

E, portanto, é bom que tenhamos consciência que este processo é bem mais complexo do que parece.

E que muitas vezes estamos a falar desta matéria dos Ucranianos, como se tudo fosse anti-russo, quando há uma parte que é pró-russo.

Portanto deixemo-nos de ingenuidades. É bom que tenhamos boa informação. A Câmara de Aveiro tem uma ponte direta, com reuniões presenciais regulares, de telefonema de telemóvel para telemóvel, que aquele que é o líder da comunidade ucraniana, daquele que é um dos elementos mais importantes ao nível nacional da Igreja Ortodoxa Ucraniana, não dependente da Igreja Ortodoxa Russa, não pró-Putin, que é o Padre Vasyl Bunsdzyak, padre ucraniano a viver cá e com toda a credibilidade, com essa seriedade, mas com toda a discrição e sem qualquer notícia pública, que fazemos o nosso trabalho para ajudar aqueles que têm que ser ajudados e não ajudar aqueles que não têm que ser ajudados.

Porque muitos são amigos do inimigo que combate os ucranianos inocentes que estão a ser mortos, que estão a ser violentados de uma forma vergonhosa e que, obviamente, esta agressão Russa, além do impacto humanitário grave, direto, tem um impacto económico brutal que já o vamos sentindo todos, como todos temos consciência.

E, portanto, apenas quis tomar esta intervenção para dar de uma forma muito sumária, uma nota e chamar a atenção de todos, para que não embarquemos nestas matérias com os sermões das boas almas ou das más almas que procuram aliviar as suas consciências ou capitalizar na politiquice em que alguns vão continuando a querer viver. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Rui Miguel Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

“A intervenção do Senhor Presidente só vem dar razão àquilo que nós dissemos. Há algo que precisa de ser feito e a Câmara de Aveiro precisa de fazer algo. Simplesmente isso. Só mais uma resposta que não respondi à bocado ao PS e que me lembrei agora. Se acha que o nosso plano maquiavélico é assim tão elaborado de fazer uma proposta para você votar contra ou abster-se, tem bom resultado vote a favor.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁸ o Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara Municipal, para “o acolhimento de refugiados em Aveiro”, sendo a proposta rejeitada, com seis votos a favor (PS1+PAN2+BE2+PCP1), seis abstenções (PS6), vinte cinco votos contra (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1).

Não houve declarações de voto.

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁵⁹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados⁰⁶⁰ os trabalhos da Sessão Ordinária de Abril.

Eram 24:00 horas do dia 22 de Abril de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)